

ECOSSOCIOECONOMIA: UM PRIMEIRO OLHAR NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA SOBRE O TEMA

Lígia Maria Heinzmann¹
Carlos Alberto Cioce Sampaio²

Resumo: O trabalho analisou a produção científica brasileira sobre ecossocioeconomia por meio de um estudo bibliométrico. Foram analisados os eventos EnANPAD; EnEO; 3Es; EnGPR; EMA; EnADI; EnAPG; Engema e Revista RGSA, período 1999-2009. A pesquisa enquadra-se como descritiva, documental, quantitativa e corte longitudinal. A seleção se baseou nas palavras “ecossocioeconomia”; “interorganizacional”; “extra-organizacional” e “extra-razionalidade”, foram encontrados 42 artigos. Quanto aos Programas *Stricto Sensu*, destacaram-se que 20% dos autores estão vinculados em nível doutorado: PPGA/UFRGS e PPGAD/UFLA, e 25% em nível de mestrado ao CEPPAD/UFPR. Sete autores estão presentes em 40,4% dos artigos. Conclui-se que as publicações de artigos envolvendo o tema estão concentradas em um pequeno número de autores, que optam por escrever em pequenos grupos e também de forma individualizada.

Palavras-chave: Ecossocioeconomia; Interorganizacional; Extra-organizacional.

Abstract: The study examined the Brazilian scientific production on eco-socioeconomics through a bibliometric study. We analyzed the important brazilian events, between 1999-2009. The research is based as descriptive, documentary, quantitative and slit longitudinal. The selection was based on the key words “eco socioeconomics”; “interorganizational”, “extra-organizational” and “extra-rationality” found 42 papers. The articles are linked with *Stricto Sensu* Programs, 20% of the authors are tied with PhD level: PPGA/UFRGS and PPGAD/UFLA, and 25% with Master level: CEPPAD/UFPR. Seven authors are present in almost 40% of papers. Concluding that the publications of papers surrounding the subject are concentrated in small number of authors who choose to write in small groups and so individualized.

Key words: Eco-socioeconomics; Interorganizational; Extra-organizational.

¹ Doutoranda em Ciências Contábeis e Administração pela Universidade Regional de Blumenau – FURB. Docente da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT (FAeCC – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis/Campus Cuiabá). E-mail: lheinzmnn@al.furb.br.

² Pós Doutor pela Universidad Austral de Chile. Doutor em Engenharia de Produção – UFSC. Docente da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral. E-mail: carlos.cioce@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Não se tem um esboço teórico-metodológico de uma abordagem de gestão organizacional que sinaliza a ênfase interorganizacional (arranjo institucional e socioproductivo), qualificada como participativa, descentralizada, associativa, socialmente e ainda, ambientalmente responsável e que predomina certa inovação de práticas gerenciais sob o viés extra-organizacional (entorno territorial à organização). Onde se valoriza o conhecimento tradicional/popular (contendo extra-racionalidade). Este tipo de abordagem, que ainda carece de sistematização nas ciências sociais aplicadas, está sendo denominada ecossocioeconomia das organizações (SAMPAIO, 2009).

Sob esta perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo analisar a produção científica brasileira sobre ecossocioeconomia por meio de um estudo bibliométrico. A presente pesquisa reveste-se de importância pelo fato de analisar dados sobre a produção científica brasileira que aborda o tema.

Os estudos bibliométricos surgem a partir do início do século passado, como um "sintoma da necessidade do estudo e da avaliação das atividades de produção e comunicação científica." (ARAÚJO, 2006, p. 12). Nesta avaliação, se procura a mensuração tanto da frequência de um assunto ou autor, quanto da concentração ou dispersão de um determinado assunto. Podem ser utilizadas técnicas estatísticas e matemáticas, no entanto, sua importância se baseia na objetividade da produção. Conforme Price

Deixando de lado os julgamentos de valor, parece clara a importância de se dispor de uma distribuição que nos informe sobre o número de autores, trabalhos, países ou revistas que existem em cada categoria de produtividade, utilidade ou o que mais desejarmos saber. (PRICE apud ARAÚJO, 2006, p. 12).

A presente pesquisa tem algumas características que se identificam com a Lei de Bibliometria de Lotka. Conforme Araújo (2006, p. 12) "a bibliometria, é uma técnica quantitativa e estatística de medição dos índices de produção e disseminação do conhecimento científico". Existem três Leis Bibliométricas, a Lei de Produtividade de Autores de Lotka, a Lei de Dispersão de Periódicos de Bradford e a Lei de Frequência de Palavras de Zipf (ARAÚJO, 2006).

Nesta perspectiva e considerando o tema ecossocioeconomia, um campo de estudos importante, buscou-se pesquisar os anais dos principais eventos da área de Administração no Brasil. O foco se manteve nos eventos pertencentes à ANPAD – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. Neste sentido, participaram da pesquisa o EnANPAD – Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, EnEO – Encontro de Estudos Organizacionais, 3Es – Encontro de Estudos em Estratégia, EnGPR – Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho, EMA – Encontro de Marketing da ANPAD, EnADI – Encontro de Administração da Informação, EnAPG – Encontro de Administração Pública e Governança, e no evento Engema - Encontro Nacional de Gestão

Empresarial e Meio Ambiente (não pertencente a ANPAD) e a Revista Gestão Social e Ambiental (RGSA), o período analisado foi entre 1999-2009.

O trabalho teve como início uma busca nos eventos acima mencionados, objetivando verificar a existência de algum estudo bibliométrico envolvendo o tema de ecosocioeconomia. Nesta busca, não foi localizado nenhum estudo bibliométrico que envolvesse o tema.

Além da introdução, este artigo apresenta na segunda e terceira parte uma breve revisão da literatura que aborda a questão ambiental na sociedade contemporânea e a ecosocioeconomia. Os procedimentos metodológicos são expostos na quarta parte. Na quinta parte apresenta-se análise dos resultados da pesquisa e, por fim, apresentam-se as considerações finais.

2 A QUESTÃO AMBIENTAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

A questão do meio ambiente começou a ser contemplada na reflexão e nas discussões sobre o desenvolvimento principalmente a partir de 1970, após 30 anos de crescimento da produção econômica dos países industrializados. O debate foi iniciado pelo relatório do Clube de Roma que apontava os “limites de crescimento” da produção devido ao caráter finito das reservas mundiais de recursos não renováveis, especialmente os energéticos. Em 1972, foi realizada, em Estocolmo, a primeira Conferência das Nações Unidas, que colocou a questão ambiental nas agendas oficiais dos países participantes. As inquietações ligadas ao meio ambiente passaram a ser progressivamente uma das preocupações centrais da opinião pública dos países industrializados e das faixas mais bem sucedidas das populações dos países em desenvolvimento (RAYNAUT *et al.*, 2000; HEINZMANN; LERÍPIO, 2004).

A problemática ambiental surge a partir da discussão transversal entre recursos, população e meio ambiente, alertando para os riscos ocasionados pela dinâmica do crescimento econômico que não leva em conta a capacidade de suporte dos ecossistemas (HIRSCH, 1979; MEADOWS, 1973).

No Brasil, iniciou-se, a partir dos meados da década de 1970, um movimento ecológico e a questão ambiental passou a ser um assunto político. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – ECO 92, organizada no Rio de Janeiro, em 1992, foi uma expressão da importância que o tema já tinha assumido para a classe política, bem como um incentivo para uma mobilização ainda maior dos interesses públicos e privados (HEINZMANN; LERÍPIO, 2004).

Desde o início da revolução industrial, a implantação de técnicas de produção e um modo de consumo predatório vêm provocando um grande impacto das atividades humanas sobre o meio ambiente, dando origem a problemas críticos de poluição. A forma de crescimento adotada após a segunda guerra mundial revelou-se rapidamente (pela sua amplitude e seus meios), como um agente de quebra do equilíbrio ecológico, o que acarretou, em termos econômicos, um desequilíbrio da alocação de recursos e, em termos sociais, um desequilíbrio da distribuição do

bem-estar. Nas últimas décadas, observa-se, um grande crescimento das atividades de produção e consumo e, conseqüentemente, um grande aumento de lançamentos de resíduos nos diversos meios receptores (atmosfera, água e solo), cuja capacidade de assimilação é fixa, não levando em conta as mudanças climáticas a longo prazo (BURSZTYN, 1994; HEINZMANN; LERIPIO, 2004).

De acordo com Donaire (1995), em um primeiro estágio, a preocupação principal das empresas limita-se a evitar acidentes locais, da mesma forma como combatem o acidente de trabalho, com a criação de um setor de Meio Ambiente e Segurança. Em um segundo estágio, em função de maiores exigências da legislação ambiental, surge a função de controle da poluição como um anexo da função de produção. E, num terceiro estágio, que ainda é minoritário entre as empresas, a proteção ao meio ambiente deixa de ser uma resposta às multas e sanções e inscreve-se num cenário de competitividade e oportunidade, na busca de manter-se competitiva e permanecer no mercado, sendo avaliada não somente pelo seu desempenho produtivo e econômico, mas por seus valores éticos e pelo desempenho ambiental.

A compatibilização dos interesses econômicos com a proteção do meio ambiente permite uma utilização mais racional dos recursos, objetivando evitar que a sociedade se vulnerabilize econômica e ecologicamente, diante de futuros riscos ambientais. Conforme a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMAD (1991), o meio ambiente e o desenvolvimento estão inevitavelmente interligados, eles fazem parte de um sistema complexo de causa e efeito (BURSZTYN, 1994).

A questão ambiental cada vez mais está fazendo parte das agendas dos executivos. As organizações deverão, de maneira acentuada, incorporar a variável ambiental na prospecção de seus cenários e na tomada de decisões, além de manter uma postura de respeito à questão ambiental (DONAIRE, 1995).

De acordo com Capra (1996), quanto mais estudamos os principais problemas de nossa época, mais somos levados a perceber que eles não podem ser entendidos isoladamente. São problemas sistêmicos, o que significa que são interligados e interdependentes. A percepção *ecológica profunda* (que não separa seres humanos ou qualquer outra coisa do meio ambiente natural) reconhece a interdependência fundamental de todos os fenômenos, e o fato de que, enquanto indivíduos e sociedade, estamos todos encaixados nos processos cíclicos da natureza. O autor afirma que, enquanto seres humanos não estamos apenas cientes de nosso meio ambiente; também estamos cientes de nós mesmos e do nosso mundo interior.

O poder do pensamento abstrato nos tem levado a tratar o meio ambiente natural - *a teia da vida* - como se ele consistisse em partes separadas, a serem exploradas comercialmente, em benefício próprio, por diferentes grupos. Além disso, estendemos essa visão fragmentada à nossa sociedade humana, dividindo-a em outras tantas nações, raças, grupos religiosos e políticos. A crença segundo a qual todos esses fragmentos - em nós mesmos, no nosso meio ambiente e na nossa sociedade - são realmente separados, alienou-nos da natureza e de nossos companheiros humanos, e, dessa maneira, nos diminuiu

(CAPRA, 1996, p. 230).

Reconectar-se com *a teia da vida* significa construir, nutrir e educar comunidades sustentáveis, nas quais podemos satisfazer nossas aspirações e nossas necessidades sem diminuir as chances das gerações futuras. Precisa-se revitalizar as comunidades de maneira que os princípios da ecologia manifestem-se nelas como princípios de educação, de administração e de política (CAPRA, 1996).

Os princípios da ecologia a que se refere são: *a interdependência* – todos os membros de uma comunidade ecológica estão interligados numa vasta e intrincada rede de relações, *a teia da vida*; *a natureza cíclica dos processos ecológicos* – os laços de realimentação dos ecossistemas são as vias ao longo das quais os nutrientes são continuamente reciclados (sendo sistemas abertos, todos os organismos produzem resíduos, mas o que é resíduo para uma espécie é alimento para outra); *a parceria e a cooperação* – num ecossistema, os intercâmbios cíclicos de energia e de recursos são sustentados por uma cooperação generalizada; *a flexibilidade e a diversidade* – que permitem que os ecossistemas sobrevivem a perturbações e se adaptem a condições mutáveis. O princípio da *flexibilidade* também sugere uma estratégia correspondente para a resolução de conflitos. Em toda a comunidade haverá, invariavelmente, contradições e conflitos, que não podem ser resolvidos em favor de um ou de outro lado. A comunidade precisará de estabilidade e de mudança, de ordem e de liberdade, de tradição e de inovação, para estabelecer um equilíbrio dinâmico (CAPRA, 1996).

Estes princípios básicos da ecologia – *interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade* têm como consequência a sustentabilidade. Entender a interdependência significa entender as relações. A sobrevivência da humanidade dependerá de nossa alfabetização ecológica, da nossa capacidade para entender esses princípios da ecologia e viver em conformidade com eles, realizando assim um aprendizado ambiental nas organizações (CAPRA, 1996).

3 ECOSSOCIOECONOMIA

A ecosocioeconomia está imbricada na discussão sobre o ecodesenvolvimento (entendido como antecedente do desenvolvimento sustentável). E este, foi apontado como um paradigma sistêmico, compreendendo princípios da ecologia profunda (repensa os atuais estilos de vida), economia social (pondera as consequências sociais na ação econômica), economia ecológica (pondera custos ambientais na ação econômica), ecologia humana (tem como premissa a inseparabilidade dos sistemas sociais e ecológicos) e planejamento participativo (SAMPALIO *et al.*, 2009).

Enquanto o ecodesenvolvimento privilegia o enfoque epistemológico-teórico, a ecosocioeconomia enfatiza o enfoque metodológico-empírico. A ecosocioeconomia ocorre no mundo da vida, nas comunidades, nos povoados, nas organizações, onde os problemas e as

soluções acontecem e raramente são devidamente qualificados (SAMPAIO *et al.*, 2009). Trata-se de uma teoria pensada, partindo das experimentações e da complexidade do cotidiano (SACHS, 1986).

Como desdobramento para pensar as organizações, surge o termo ecossocioeconomia das organizações que possibilita pensar a viabilidade interorganizacional para tal proposta e a efetividade extra-organizacional para o território, além de relevar a chamada extra-racionalidade nos processos de tomada de decisão aos grupos organizados ou quase organizados que promovem o ecodesenvolvimento.

A ecossocioeconomia das organizações privilegia os estudos que possibilitam a viabilidade macro (interorganizacional) e microeconômica (organizacional) de grupos organizados ou quase organizados articulados, chamados de empreendimentos compartilhados (SAMPAIO, 2009, p. 13).

A ecossocioeconomia das organizações sugere a eminência de uma ação extra-organizacional, isto é, o agente organizacional relevando os impactos de sua ação sobre o entorno territorial (SAMPAIO, 2009). No sentido de acordos institucionais, pensados como acordos sociopolíticos e socioprodutivos de base comunitária, de modo que gerem capital social, sugere-se identificar os representantes das organizações que irão compor os acordos, a reunir e estimular as bases para pensar três diferentes ações: interorganizacionais, extra-organizacionais e extra-racionais (SAMPAIO *et al.*, 2009).

3.1 Interorganizacional, extra-organizacional e extra-racionalidade

A natureza no homem permite a este superar a contradição inerente ao estado social; ou seja, entre as suas inclinações individuais e os seus deveres coletivos; mesmo porque se percebe que estes elementos necessitam um do outro para se manifestarem, tal como se apregoa na interorganização (ROUSSEAU, 2001). Quando esta possui ênfase sociopolítica, chama-se de arranjo institucional, e na ocasião que possui ênfase socioeconômica, denomina-a de arranjo produtivo local. A interorganização não pode ser legítima senão quando se origina de um consentimento necessariamente consensuado. Este entendimento mútuo sobrepõe-se às ações voltadas ao sucesso, às vezes chamadas equivocadamente de estratégicas, materializadas em sujeitos oportunistas para influenciar outros (HABERMAS, 1989).

A participação interorganizacional deve, então, girar em torno do espaço mediado entre o interesse público e o privado, que é uma ação coletiva, operando sobre as bases da intersubjetividade e do entendimento genérico pela linguagem trivial do cotidiano, em distinção dos símbolos específicos vigentes nas diferentes instituições (entendidas como organizações). O espaço público representa o nível onde se dá esse confronto de opiniões que disputam o recurso escasso da tematização e da conseqüente atenção dos tomadores de decisão. As esferas do Estado, mercado e sociedade civil, mesmo que ainda possuam ambigüidades quanto ao caráter público do problema,

ora se complementando, ora se interpondo, devem ser vistas como potenciais criadores que enriquecem o processo de negociação. Pois são elas (as esferas) que legitimam os processos participativos - como são os arranjos institucionais e produtivos -, e que, conseqüentemente, possibilitam, no bojo da discussão, o surgimento de questões estratégicas negociadas, o que, neste caso, é necessariamente diferente da soma destas esferas (COHEN; ARATO, 1992; COSTA, 1994).

O conceito extra-organizacional está atrelado ao de interorganizacional. Quando se governa uma interorganização presume-se que além do critério de eficiência (é medida através dos processos de produção que, no seu conjunto, determinam o grau de produtividade) e eficácia (é verificada através dos resultados desses processos de produção, que determinam, por sua vez, o grau de competitividade), atrelados a gestão organizacional, deve-se privilegiar o critério efetividade, isto é, relevar a gestão de risco socioambiental quanto ao território. O conceito de território deve estar distanciado da sua subversão ou sua subordinação aos fluxos meramente econômicos, recompondo-se e reconceituando-se como um movimento de elementos, entre eles, sociais, geográficos e naturais; e a preocupação não está na definição de seus limites, mas nos entrelaçamentos que o compõem. Não há, então, como estudar o território sem fazê-lo correlativamente, em duplo sentido, com os demais contextos: local, microrregional, regional, nacional e internacional. Entretanto, o território possui especificidades que não devem ser tomadas como mero reflexo destes demais contextos. Sugere-se, então, que num cenário de gestão interorganizacional ou arranjo institucional, o conjunto de organizações que o compõem deverá refletir não apenas a micro complexidade do território, mas também a macro complexidade dos demais espaços (FISCHER, 1993; SANTOS, 1994; LEVY, 1998).

Operacionalizando estes dois princípios da ecosocioeconomia nas organizações, sugere-se que a governança interorganizacional deve ser conduzida pautada por critérios extra-organizacionais, no sentido de incorporar demandas socioambientais oriundas do território ao qual a interorganização está instalada; onde a racionalidade seja conduzida pelo cálculo de conseqüências societárias, privilegiando as dimensões sócio-econômico-ambientais (sustentáveis) para poder corrigir os equívocos provocados por um modelo de gestão que privilegia apenas critérios intraorganizacionais (para dentro da organização), baseado numa racionalidade econômica de cálculo de conseqüências apenas organizacional (SAMPAIO, 2004; 2000). Diante da impregnação do termo racionalidade com critérios econômicos, resgata-se o termo extraracionalidade que pode ser considerado como uma pré-racionalidade, baseado em uma dimensão tácita, ou seja, ainda pouco visível, do conhecimento contido nas organizações, nos territórios, aonde os problemas realmente acontecem e sua soluções também (FERNANDES; SAMPAIO, 2006).

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo analisou os artigos que continham as palavras “ecossocioeconomia”; “interorganizacional”; “extra-organizacional”; “extra-racionalidade”, no título, resumo ou palavras-chave nos artigos dos Anais dos seguintes eventos: EnANPAD – Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (1999-2008); EnEO – Encontro de Estudos Organizacionais (2000, 2002, 2004, 2006 e 2008); 3Es – Encontro de Estudos em Estratégia (2003, 2005, 2007, 2009); EnGPR – Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho (2007); EMA – Encontro de Marketing da ANPAD (2004, 2006, 2008); EnADI – Encontro de Administração da Informação (2007, 2009); EnAPG – Encontro de Administração Pública e Governança (2004, 2006, 2008); Engema- Encontro Nacional de Gestão Empresarial e Meio Ambiente (2008) e a Revista Gestão Social e Ambiental – RGSA (2007, 2008, 2009). A Revista RGSA é um periódico que busca analisar a teoria e prática de gestão social e ambiental em organizações, englobando a ética aplicada. A Revista RGSA é organizada por um grupo de pesquisadores da área de Gestão Social e Ambiental do EnANPAD e tem o apoio do Engema.

A caracterização metodológica da presente pesquisa, usou como referência Richardson *et al.* (1999), Hair Jr. *et al.* (2005) para a sua classificação. Quanto ao objetivo enquadra-se como pesquisa descritiva, “os planos de pesquisa descritiva em geral são estruturados e especificamente criados para medir as características descritas em uma questão de pesquisa” (HAIR Jr. *et al.*, 2005, p. 86).

Em relação aos procedimentos, enquadra-se como pesquisa documental, desenvolvida a partir de artigos científicos publicados. Quanto à abordagem, se caracteriza como quantitativa, conforme Richardson *et al.* (1999, p. 70), “o método quantitativo, como o próprio nome indica, caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como as mais complexas”.

O estudo tem corte longitudinal, no EnANPAD analisou-se dez anos (1999-2008), EnEO (2000-2008), 3Es (2003-2009), EnGPR (2007), EMA (2004-2008), EnADI (2007-2009), EnAPG (2004-2008), Engema (2008) e Revista Gestão Social e Ambiental – RGSA (2007-2009). Para definir os critérios, observou-se o trabalho de Machado (2008) que analisou artigos sobre inovação publicados nos anais do EnANPAD (1997-2007), apresentado no SIMPOI (2008) e o trabalho de Caldas; Tonelli; Lacombe (2002) que analisaram artigos das áreas de Recursos Humanos do EnANPAD (1991-2000) publicado no EnANPAD (2002).

4.1 Critérios para seleção e análise dos artigos

Verificou-se os artigos publicados com as palavras “ecossocioeconomia”; “interorganizacional”; “extra-organizacional”; “extra-racionalidade”, no título, resumo ou

palavras-chave. Na pesquisa realizada nos Anais dos eventos mencionados foram encontrados 42 artigos. Utilizou-se o *software Excel®* para desenvolver uma base de dados.

TABELA 1 – QUANTIDADE DE ARTIGOS ENCONTRADOS COM AS PALAVRAS PESQUISADAS

PALAVRAS	EnANPAD	EnEO	3Es	EnAPG	EnADI	EMA	Engema	TOTAL
Ecosocioeconomia							1	1
Interorganizacional	21	9	6	1	1	1	1	40
Extra-organizacional	1							1
Extra-racionalidade								0
TOTAL	22	9	6	1	1	1	2	42

Fonte: Dados da pesquisa.

No evento EnGPR – Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho e na Revista Gestão Social e Ambiental – RGSA, não foram localizados artigos de acordo com o critério de seleção definido. Portanto, a partir deste momento, desconsiderou-se o evento EnGPR e a Revista para a presente pesquisa. Pode-se observar a predominância da presença da palavra “interorganizacional” nos artigos pesquisados.

Para a classificação do número de autores por artigo, analisou-se os trabalhos com 1, 2, 3 ou mais autores. Quanto aos autores mais presentes nos artigos, utilizou-se contagem de simples frequência e se os mesmos eram autores ou co-autores.

Na observância do primeiro autor, buscou-se no sítio da CAPES o *curriculum lattes*, para verificar o vínculo com Programa *Stricto Sensu* na época da publicação. Quando não vinculado a um Programa, se o autor era docente de uma Instituição de Ensino Superior no período, considerou-se o vínculo com a mesma. Para esta parte da análise, optou-se por considerar somente o primeiro autor dos artigos.

Referente às áreas temáticas de publicação, fez-se o enquadramento dos artigos encontrados no EnANPAD, utilizando-se as áreas disponibilizadas na página da ANPAD. Pelo fato de existirem subáreas, optou-se por se concentrar nas áreas principais: ADI – Administração da Informação; APS – Administração Pública e Gestão Social; CON – Contabilidade; EOR – Estudos Organizacionais; ESO – Estratégia em Organizações; EPQ – Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade; GCT – Gestão de Ciência, tecnologia e Inovação; GOL – Gestão de Operações e Logística; GPR – Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho; MKT – Marketing. Ao longo dos anos, a ANPAD alterou nomes de áreas, abriu novas áreas e realizou agrupamentos em grandes áreas.

Para identificar o tipo de pesquisa e de abordagem, fez-se a leitura do resumo, quando não mencionadas essas informações no mesmo, partiu-se para a leitura do capítulo da metodologia dos artigos. Com relação ao tipo de pesquisa, foram encontrados trabalhos com abordagens: exploratória, descritiva, explicativa, exploratória-descritiva e teórico-empírico. Com relação ao

tipo de abordagem, observou-se o enquadramento como: quantitativa, qualitativa ou quali-quantitativa. Na sequência, apresenta-se a análise dos resultados da pesquisa.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

A Tabela 2 apresenta o total de artigos selecionados na pesquisa por evento e por ano de realização do mesmo.

TABELA 2 - ARTIGOS SELECIONADOS POR EVENTO E ANO

EVENTO	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	TOTAL	%
EnANPAD	1	0	0	3	0	2	6	3	5	2		22	52,4%
EnEO		1		1		2		2		3		9	21,4%
3Es					1		0		4		1	6	14,3%
EMA						0		0		1		1	2,4%
EnADI									0		1	1	2,4%
EnAPG						0		0		1		1	2,4%
Engema										2		2	4,8%
TOTAL	1	1	0	4	1	4	6	5	9	9	2	42	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa.

Mediante análise da Tabela 2, constata-se que o EnANPAD apresenta 52,4% dos artigos selecionados de acordo com o critério definido na pesquisa. Seguido pelo EnEO, esses dois eventos detêm 73,8% dos artigos selecionados. Deve-se observar que o período de realização dos mesmos engloba um maior número de edições, sendo o EnANPAD no período pesquisado, realizado dez vezes e o EnEO realizado cinco vezes. Observando os anos, destaca-se que os anos de 2007 e 2008 apresentam as maiores quantidades de artigos selecionados de acordo com os critérios definidos na pesquisa.

5.1 Número de autores por artigos

Conforme a Tabela 3, constata-se que 45% dos artigos foram escritos por dois autores e 26% dos artigos foram escritos por um autor. Assim, tem-se predominância de artigos com dois autores. Com os dados da Tabela 3 pode-se inferir que existe um predomínio da opção de escrever em pequenos grupos de autores, isso pode ser resultado da relação orientador e orientado, ou ainda, da opção de se escrever de forma individualizada.

TABELA 3 – NÚMERO DE AUTORES POR ARTIGO

AUTORES/EVENTO	EnANPAD	EnEO	3Es	EnAPG	EnADI	EMA	Engema	TOTAL	%
Trabalhos com 1 autor	5	3	1			1	1	11	26%
Trabalhos com 2 autores	11	5	2		1			19	45%
Trabalhos com 3 autores	3	1	1					5	12%
Trabalhos com mais de 3	3		2	1			1	7	17%
TOTAL	22	9	6	1	1	1	2	42	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

No caso de três autores ou mais tem se 29% dos artigos.

5.2 Vínculo com Programa *Stricto Sensu* e Instituição de Ensino Superior

Com a realização da busca no *curriculum lattes* constante no sítio da CAPES, do primeiro autor de cada artigo, foi possível verificar o vínculo com o Programa *Stricto Sensu* no período da publicação. Quando não vinculado a um Programa, mas sendo o autor docente de uma instituição de ensino superior no período, considerou-se o vínculo com a mesma. Observa-se que do total de 42 artigos não foram localizados currículos de três autores de três artigos, sendo esses três artigos desconsiderados para essa análise.

Conforme análise da Tabela 4, constata-se que 18 artigos tiveram o primeiro autor vinculado a um Programa *Stricto Sensu*, em nível de Doutorado foram 10 artigos; em nível de Mestrado foram 08 artigos.

TABELA 4 – VÍNCULO COM PROGRAMAS *STRICTO SENSU* DOS AUTORES DOS ARTIGOS

PROGRAMAS <i>STRICTO SENSU</i>	ESTADO	Doutorado	%	Mestrado	%
Programa de Pós-graduação em Administração (PPGA) UFRGS	RS	2	20%		
Programa de Pós-graduação em Administração (PPGAD) UFLA	MG	2	20%	1	13%
Programa de Pós-graduação em Administração (PPGA) USP	SP	1	10%	1	13%
Programa de Pós-graduação Agronegócios (CEPAN) UFRGS	RS	1	10%		
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais UNB - Brasília	DF	1	10%		
Programa de Pós-graduação em Administração (PPGA) UFRN	RN	1	10%		
Programa de Pós-graduação em Sociologia Política UFMG	MG	1	10%		
Centro de Pós-graduação e Pesquisas em Administração (CEPEAD) UFMG	MG	1	10%		
Centro de Pesquisa e Pós-graduação em Administração (CEPPAD) UFPR	PR			2	25%
Programa de Pós-graduação em Administração UFES	ES			1	13%
Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil UFP - Pará	PA			1	13%
Programa de Pós-graduação em Administração UNB - Brasília	DF			1	13%
Programa de Pós-graduação em Economia Doméstica - UFV	MG			1	13%
TOTAL		10	100%	8	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Com relação ao vínculo a Programas em nível de Doutorado, tem se com 20% dos autores vinculados cada, os Programas de Pós-graduação em Administração PPGA/UFRGS e PPGAD/UFLA. Quanto ao vínculo a Programas em nível de Mestrado, tem se o Centro de Pesquisa de

Pós-graduação em Administração - CEPPAD/UFPR, com 25% dos autores vinculados em nível de Mestrado.

Considerando os Programas, sem distinção de nível, tem-se a seguinte classificação, o PPGAD/UFLA com três autores; o PPGA/UFRGS com dois autores; o PPGA/USP com dois autores; e o CEPPAD/UFPR com dois autores. O Estado de Minas Gerais apresenta o maior número de autores (seis) vinculados a Instituições com Programas *Stricto Sensu*.

Na Tabela 5 apresenta-se a filiação dos autores com Instituição de Ensino Superior.

TABELA 5 - VÍNCULO COM INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	ESTADO	TOTAL	%
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	PE	3	14%
Universidade Regional de Blumenau - FURB	SC	2	10%
Universidade Santa Cruz do Sul - UNISC	RS	2	10%
Fundação Mineira de Educação e Cultura - FUMEC	MG	2	10%
Pontifícia Universidade Católica - PUC/RS	RS	1	5%
Pontifícia Universidade Católica - PUC/PR	PR	1	5%
Universidade Tuiuti do Paraná - UTP	PR	1	5%
Universidade Federal da Bahia - UFBA	BA	1	5%
Fundação Getúlio Vargas - FGV/RJ	RJ	1	5%
Universidade Federal de Itajubá - UNIFEI	MG	1	5%
Universidade Paulista - UNIP	SP	1	5%
Universidade do Grande Rio - UNIGRANRIO	RJ	1	5%
Fundação Machadense de Ensino Superior - FUMESC	SC	1	5%
Faculdade Boa Viagem - FBV	PE	1	5%
Faculdade Santo Agostinho - FASA	MG	1	5%
Universidade de Coimbra Portugal		1	5%
TOTAL		21	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Do total de 21 autores que se destacam na produção intelectual do tema abordado, a UFPE apresenta 14%, com 03 autores vinculados a Instituição. Na sequência, aparecem a FURB; UNISC e FUMEC com 10% dos autores cada, representando 2 autores vinculados a essas Instituições. As demais doze Instituições apresentam somente um autor vinculado a cada uma.

Os Estados de Minas Gerais e Pernambuco apresentam o maior número de docentes vinculados a Instituições de Ensino Superior, 04 docentes cada. Seguido pelos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, 03 docentes.

5.3 Autores mais presentes nos artigos e posição de autoria

De acordo com a Tabela 6, apresentam-se os autores com maior incidência, optou-se por

relacionar os que aparecem em dois ou mais artigos. Dos sete autores relacionados na Tabela, os autores Janann Joslin Medeiros, Luiz Alberto Mariz e Clóvis L. Machado-da-Silva aparecem em três artigos cada. Os autores Carlos Alberto Cioce Sampaio, Eugenio Ávila Pedrozo, Heron Sérgio M. Begnis e Vânia de Fátima B. Estivaleta aparecem em dois artigos cada. Esses sete autores estão presentes em 40,4% dos artigos, ou seja, 17 artigos analisados na presente pesquisa. Pode-se inferir que as publicações de artigos sobre o tema abordado estão concentradas em um pequeno número de autores.

TABELA 6 – AUTORES MAIS PRESENTES NOS ARTIGOS

AUTORES/ANO	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	TOTAL
MEDEIROS, Janann Joslin	1	1				1						3
MARIZ, Luiz Alberto	1	1		1								3
MACHADO-DA-SILVA, Clóvis L.							2	1				3
SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce										2		2
PEDROZO, Eugenio Avila							1		1			2
BEGNIS, Heron Sergio M.							1		1			2
ESTIVALETE, Vania de Fátima B.							1		1			2
TOTAL	2	2	0	1	0	1	5	1	3	2	0	17

Fonte: Dados da pesquisa.

Desses 17 artigos, 13 foram publicados no EnANPAD, 03 no EnEO e 01 no Engema. Os 42 artigos analisados foram escritos por um total de 90 autores. Na Tabela 7 apresenta-se a posição de autoria nos artigos.

TABELA 7 – POSIÇÃO DE AUTORIA NOS ARTIGOS

AUTORES/POSIÇÃO DE AUTORIA	TOTAL	1º	2º	3º
MEDEIROS, Janann Joslin	3		3	
MARIZ, Luiz Alberto	3	3		
MACHADO-DA-SILVA, Clóvis L.	3		3	
SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce	2	2		
PEDROZO, Eugenio Avila	2		2	
BEGNIS, Heron Sergio M.	2	1		1
ESTIVALETE, Vania de Fátima B.	2	1		1
TOTAL	17	7	8	2

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Tabela 7, pode-se observar a posição de autoria dos sete autores nos artigos, destacando os autores Luiz Alberto Mariz e Carlos Alberto Cioce Sampaio que nos artigos em que estão presentes, aparecem sempre como primeiros autores.

5.4 Áreas temáticas, tipos de pesquisa e abordagem

No que se refere às áreas temáticas de publicação, conforme mencionado na metodologia, optou-se por se concentrar nas áreas temáticas principais do EnANPAD, devido ao grande

TABELA 8 - ÁREAS DE PUBLICAÇÃO DO ENANPAD

ÁREA	TOTAL	%
APS - Administração Pública e Gestão Social	4	18%
EOR - Estudos Organizacionais	3	14%
ESO - Estratégia em Organizações	9	41%
GCT - Gestão de Ciência, Tecnologia e Inovação	5	23%
GOL - Gestão de Operações e Logística	1	5%
TOTAL	22	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Tabela 8, se observa a área de Estratégia em Organizações como a mais profícua na produção de artigos da temática abordada na pesquisa, com 41% do total de 22 artigos publicados no EnANPAD. Na sequência, a área de Gestão de Ciência, Tecnologia e Inovação com 23%, seguida pela área de Administração Pública e Gestão Social, com 18% dos artigos publicados no evento sobre o tema.

Referente ao tipo de pesquisa, observa-se com base na Tabela 9 que o tipo de pesquisa exploratória está presente em 38,1% dos artigos, seguida pelo tipo de pesquisa descritiva. Destaca-se que 28,6% dos artigos não apresentaram o enquadramento com relação ao tipo de pesquisa.

TABELA 9 - TIPOS DE PESQUISA E DE ABORDAGEM

TIPOS/EVENTO	EnANPAD	EnEO	3Es	EnAPG	EnADI	EMA	Enqema	TOTAL	%
TIPO DE PESQUISA									
Exploratória	9	2	3				2	16	38,1%
Descritiva	6	2			1	1		10	23,8%
Explicativa	1							1	2,4%
Exploratória-descritiva				1				1	2,4%
Teórico-empírico		2						2	4,8%
Não informada	6	3	3					12	28,6%
TOTAL	22	9	6	1	1	1	2	42	100,0%
TIPO DE ABORDAGEM									
Qualitativa	9	5	1	1				16	38,1%
Quantitativa	4	1	1				1	7	16,7%
Quali-quanti	1							1	2,4%
Não informada	8	3	4		1	1	1	18	42,9%
TOTAL	22	9	6	1	1	1	2	42	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa.

Com relação ao tipo de abordagem, 38,1% dos artigos é de abordagem qualitativa, seguida por 16,7% de abordagem quantitativa. Destaca-se que 42,9% dos artigos não informaram o tipo de abordagem. Na sequência, apresentam-se as considerações finais da pesquisa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve por objetivo analisar a produção científica brasileira sobre ecossocioeconomia por meio de um estudo bibliométrico. Foram analisados os anais dos eventos EnANPAD; EnEO; 3Es; EnGPR; EMA; EnADI; EnAPG; Engema e a Revista Gestão Social e Ambiental (RGSA), no período compreendido entre 1999-2009.

Realizados os passos apresentados na metodologia, pode-se constatar que existe um predomínio de artigos escritos por dois autores. Com relação ao vínculo a Programas em nível de Doutorado, destacam-se os Programas de Pós-Graduação em Administração PPGA/UFRGS e PPGAD/UFLA. Quanto ao vínculo a Programas em nível de Mestrado, destaca-se o Centro de Pesquisa de Pós-Graduação em Administração CEPPAD/UFPR. Referente à filiação dos autores com Instituições de Ensino Superior destacam-se a UFPE; FURB; UNISC e FUMEC.

Entre os autores, sete autores estão presentes em 40,4% dos artigos analisados. Com isso, infere-se que as publicações de artigos sobre o tema abordado, estão concentradas em um pequeno número de autores.

A área temática de Estratégia em Organizações é a mais profícua na produção de artigos sobre o tema, seguida pelas áreas: Gestão de Ciência, Tecnologia e Inovação; e Administração Pública e Gestão Social. A análise sobre o tipo de pesquisa, mostra que a pesquisa exploratória é a mais presente nos artigos. Quanto ao tipo de abordagem, se é qualitativa ou quantitativa, destaca-se o percentual de 42,9% dos artigos que não informaram esse tipo de abordagem.

Conclui-se que as publicações de artigos brasileiros envolvendo o tema de ecossocioeconomia estão concentradas em um pequeno número de autores, que optam por escrever em pequenos grupos de autores e também de forma individualizada. O tema representa um campo a ser pesquisado. O presente trabalho tem como limitação não ter abordado eventos e periódicos de outras áreas. Também tem a limitação de que na análise de vínculo com os Programas *Stricto Sensu* e Instituições de Ensino Superior, analisou-se somente o primeiro autor dos artigos. Para pesquisas futuras, sugere-se ampliar o escopo de eventos e periódicos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **In.: Revista Em Questão**. Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan./jun. 2006.

BURSZTYN, M. A. A. **Gestão ambiental: instrumentos e práticas**. Brasília: IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

Renováveis, 1994.

CALDAS, Miguel P.; TONELLI, Maria J.; LACOMBE, Beatriz, M. B. Espelho, espelho meu: meta-estudo da produção científica em recursos humanos nos EnANPADS da década de 90. XXVI EnANPAD - Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração. **Anais...**, Salvador, 2002.

CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 1996.

CMMAD, Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

COHEN, J. ; ARATO, A. **Civil society and political theory**. Cambridge, MIT Press, 1992.

COSTA, Sérgio.. Esfera pública, sociedade civil e movimentos sociais no Brasil. **Novos Estudos do CEBRAP**. São Paulo: n.38, p. 38-52, mar., 1994.

DONAIRE, D. **Gestão ambiental na empresa**. São Paulo: Atlas, 1995.

FERNANDES, Valdir; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Formulação de estratégias de desenvolvimento baseado no conhecimento local. **RAE Eletrônica**. v 5, nº 2, São Paulo, 2006.

FISCHER, Tânia (Org.). **Poder local: governo e cidadania**. Rio de Janeiro: FGV, 1993.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.

HAIR Jr., Joseph F. *et al.* **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HEINZMANN, Lígia Maria; LERÍPIO, Alexandre A. Instrumento de avaliação do nível de sensibilização ambiental e do contexto organizacional interno buscando a aprendizagem organizacional. **Revista Ciências Empresariais UNIPAR**. v 5, n 1, jan/jun, 2004.

HIRSCH, Fred. **Limites sociais do crescimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva**. São Paulo: Loyola, 1998.

MACHADO, Denise D. P. N. O que se produz de conhecimento sobre inovação? Uma breve análise das características dos artigos de inovação publicados nos anais do EnANPAD (1997-2007). XI SIMPOI - Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais. **Anais...**, São Paulo, 2008.

MEADOWS, Donella H. *et al.* **Limites do crescimento**. São Paulo: Perspectiva,

1973.

RAYNAUT, C. *et al.*. Pesquisa e formação na área do meio ambiente e desenvolvimento: novos quadros de pensamento, novas formas de avaliação. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba: Editora UFPR, n. 1, 2000. p. 71-81.

RICHARDSON, Roberto J. *et al.*. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

ROUSSEAU, Jean ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social: discurso sobre a economia política**. São Paulo, HEMUS, 2001.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. Ed.Vértice, São Paulo, 1986.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce, AZKARRAGA Etxegibel, Joseba, ALTUNA Gabilondo, Larraitz. Pensando la experiencia de cooperativismo de Mondragón bajo la mirada de la ecosocioeconomía de las organizaciones. Mondragón. Bilduma: Economía Social y Cooperativismo, 2009.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Gestão que privilegia uma outra economia: ecossocioeconomia das organizações**. Blumenau: FURB, 2009, prelo.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. A construção de um modelo de gestão que o promove o desenvolvimento sustentável. **Cadernos Ebape (FGV-RJ)**, Rio de Janeiro (RJ), n. 5, 2004.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Gestão organizacional estratégica para o desenvolvimento sustentável**. Itajaí: UNIVALI, 2000.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço urbano**. São Paulo: Hucitec, 1994.